

PROCEDIMENTOS DE LEITURA: ANÁLISE DA PRESENÇA DOS DESCRITORES QUE COMPÕEM O TÓPICO I DA MATRIZ DE REFERÊNCIA DE LÍNGUA PORTUGUESA NO LIVRO DIDÁTICO

Naiana Souza de Almeida (Pós-Crítica\UNEB)⁴¹

Resumo: Conforme documento do SAEB, o Ministério da Educação em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e juntamente com o Plano Nacional da Educação, criou meios para que a educação fosse avaliada, não por quantidade de conteúdo, mas, por indicadores que, se bem aplicados formarão uma sociedade letrada. Com o objetivo de avaliar se os estudantes da rede pública de ensino estão habilitados para leitura relacionada a situações concretas, foi criada a Prova Brasil, composta por uma Matriz de Referência que visa avaliar se os estudantes são leitores proficientes. Essa Matriz de Referência de Língua Portuguesa é composta de seis Tópicos com seus respectivos Descritores, a saber: Tópico I (05 descritores); Tópico II (02 descritores); Tópico III (1 descritor); Tópico IV (04 descritores); Tópico V (02 descritores); Tópico VI (01 descritor). Para esta pesquisa de caráter documental nos debruçaremos apenas no Tópico I (Procedimentos de Leitura) e seus descritores, analisando 02 coleções de LDLP, *Teláris (Ática)* e *Português Linguagens (Saraiva)* com destaque especial para o 8º ano do Ensino Fundamental, no intuito de verificar se o LDL apresenta condições para que o leitor possa localizar informações explícitas e inferir as implícitas em um texto. Para isso, utilizaremos como referencial teórico inicial: Vincent Jouve (2002); Isabel Solé (1998); Délia Lerner (2002); Eliana Yunes (2002); Angela Kleiman (2004); Maria Cruz (2012), além das coleções de Trabalho: Cereja & Cochar (2015); Borgatto, Bertin e Marchezi (2015).

Palavras-chave: Leitura. LDLP. Descritores.

INTRODUÇÃO

Para iniciar a exposição desta pesquisa é importante sinalizar que ela tem o título provisório, “Procedimentos De Leitura: análise da presença dos descritores que compõem o tópico I da matriz de referência de língua portuguesa no livro didático”, começa a se desenhar em 2013, quando vivenciei os dilemas, encontros, desencontros, erros e acertos de uma escola pública municipal localizada na cidade de Alagoinhas-BA. Desta forma, senti-me inquieta com algumas questões presenciadas na metodologia escolar durante minha participação como monitora de ensino na área de Letramento e Matemática do Projeto Florescer, idealizado pela Prefeitura Municipal de Alagoinhas, objetivando preparar crianças para adquirir habilidades e competências leitoras. Isto porque, segundo a equipe pedagógica, mesmo elas estando no 5º ano (antiga 4ª série), não tinham capacidade para realizar uma avaliação que mensurasse a capacidade de a/o aluna/o para ler, decodificar e interpretar diferentes gêneros textuais. Então, me inquietei e iniciei observações e anotações do processo de apropriação, tanto linguística, quanto dos eventos de letramento que ocorriam e, assim, nasceu meu estudo monográfico, que garantiu minha aprovação final na Faculdade.

Conforme documento do SAEB, o Ministério da Educação em parceria com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e juntamente com o Plano Nacional da Educação, criou meios para que a educação fosse avaliada, não por quantidade de conteúdo, mas,

⁴¹ Mestranda em Crítica Cultural na Universidade do Estado da Bahia, Endereço eletrônico:nai.sza@hotmail.com.

por indicadores que, se bem aplicados formarão uma sociedade letrada. Em vista disso, o ensino da Língua Portuguesa, segundo diretrizes do Ministério da Educação, deve voltar-se para a função social da língua como requisito básico para que o indivíduo ingresse no mundo letrado como ser participante e atuante. Com o objetivo de avaliar se os estudantes da rede pública de ensino estão habilitados para leitura relacionada a situações concretas, foi criada a Prova Brasil, composta por uma Matriz de Referência que visa avaliar se os estudantes são leitores proficientes. Essa Matriz de Referência de Língua Portuguesa é composta de seis Tópicos com seus respectivos Descritores, a saber: Tópico I (05 descritores); Tópico II (02 descritores); Tópico III (1 descritor); Tópico IV (04 descritores); Tópico V (02 descritores); Tópico VI (01 descritor). Portanto, o principal objetivo dessa pesquisa é verificar se o LDL apresenta condições para que o leitor possa localizar informações explícitas e inferir as implícitas em um texto. Trazendo esse objetivo para o laboratório de editoração, surge a necessidade de saber se os textos editados nos livros didáticos impactam na aquisição dessas habilidades de leitura.

Nesse sentido, surge a seguinte problemática: é possível identificar no livro didático de língua portuguesa a presença dos descritores avaliados na prova Brasil, mais precisamente os descritores que compõem o tópico I da sua matriz curricular? Esse questionamento se desdobra em outro: se houver a presença, de que forma eles se estruturam no LDLP?

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a prova é uma alternativa para avaliar a qualidade do ensino prestado nas escolas, possibilitando que cada unidade escolar receba o resultado global, contribuindo para que a educação avance em números significativos, melhorando a qualidade educacional prestada em cada município.

Desse modo, apresentarei nesse “paper” uma imagem do projeto de pesquisa e das minhas inquietações após o estudo da disciplina: “Metodologia da Pesquisa em Crítica Cultural” do Mestrado em Crítica Cultural, que ao longo do semestre, apresentou um extenso arcabouço teórico.

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: TRAÇOS E MARCAS NA EDUCAÇÃO ATUAL

Em meio ao processo de aculturação vivido pelos brasileiros desde o seu pseudo descobrimento, a população deste continente latino-americano, vive na sombra do que é legitimamente nosso. Isso, de certa maneira, contribui para que, valorizem-se mais o que é do outro, do que é tipicamente nosso. Tem-se a ideia de que, a melhor educação sempre será a americana, e, portanto, é com base nela que se devem executar as práticas pedagógicas. Esquece-se, portanto, que somos produtos do meio, os estudantes têm vida que ultrapassam os muros da escola, muitos são sujeitos e vítimas de um sistema que exclui aquilo que ele entende de mundo. Todavia, nem tudo é culpa do docente, impera nos países colonizados a identidade social, ideológica, religiosa, cultural

dos seus colonizadores, Mignolo (2010), afirma que a colonialidade do poder tem agido, desde a construção da modernidade sob prisma europeu, no sentido de criar diferenças e utilizá-las como justificativa para a inferiorização, colonialização e subalternização de povos e culturas, como no caso dos índios, negros, judeus, otomanos, etc.

E isso se aplica a educação desta pátria nada gentil, o sistema brasileiro educacional, sustenta-se no prisma da educação vinda de Portugal, baseada nos modelos de catequização da igreja católica, tais portugueses que ao chegarem nesse solo, impuseram a doutrinação como forma de dominação. Mas engana-se quem pensa que, essa dominação foi tranquila, o primeiro passo para se apropriar do solo, povo e suas riquezas; foi por meio da linguagem, pois é por meio dela que o homem se constitui como sujeito (AGAMBEN, 2005), e esse direito foi negado aos indígenas, pois a linguagem é uma das primeiras formas de domínio, é por meio dela que se retoma a história, por meio da língua se exprimem a liberdade do sujeito, ela provoca ruptura, faz do sujeito da experiência um artista, capaz de romper com aquilo que lhe foi imposto.

O lema era dominar para explorar, e o fato de o Brasil ter sido colônia portuguesa, fez com os que neles habitavam, padecesse, nesse caso, os indígenas, que eram consideradas pessoas sem alma e sem Deus, apresentando uma linguagem corporal e oral que diferenciava da dos europeus. Essa discrepância, fez com que, nesse período, a educação escolar fosse constituída por três fases: predomínio dos jesuítas, que durou cerca de duzentos anos, as da reforma do Marquês de Pombal, e a do período que se deu com a chegada da corte portuguesa, trazida por Dom João no ano de 1808 a 1821 (GHIRALDELLI, 2008).

Sendo assim, a igreja católica, que segundo Agamben (2009), é o principal instrumento de controle ideológico, designou que a missão de educar os selvagens⁴², a Companhia de Jesus, coube então ao Padre Manoel de Nóbrega a, que previa “[...] educar os mamelucos, órfãos, e filhos dos principais (caciques) da terra [...] além dos filhos dos colonos brancos, dos povoados [...] em regime de externato.” (MATTOS, 1958, p. 84-85). Nesse plano educacional, estava previsto o ensino da escrita e leitura do português, bem como do canto e história europeia.

Portanto, o que ocorreu foi que, as crianças eram as únicas que tinham acesso ao saber, mas não era um saber amplo, elas aprenderiam a usar a língua dos seus algozes. Na obra infância e história de Agamben (2005), é nos apresentado uma conexão criadora e essencial entre infância, experiência e linguagem, ao tempo que nos apresenta informações que faz-nos entender a noção de infância, mostrando sobretudo, que a infância, antes de ser uma etapa cronológica é fundamental para que se tenha experiências humanas. Mas, o que isso tem a ver com a educação proposta para os indígenas? No modelo proposto, apenas as crianças tinham acesso a essa educação, pois, a

⁴² Termo usado pelos pesquisadores franceses, e os portugueses para se referirem aos indígenas.

infância é um tipo de “experimentum língua”, devido os limites da linguagem não serem buscados fora da linguagem, na direção de sua referência, mas em uma experiência de linguagem como tal, na sua pura auto-referencialidade (AGAMBEN, 2005, p. 11). Ou seja, é na infância que ocorre o encontro entre a experiência e a linguagem, portanto, para as crianças se torna mais fácil aprender a língua que lhes é exposta, pois, a língua é um sistema de signos que se adquire com a experiência da infância, devido à infância ser a experiência que transcende a diferença entre língua e fala.

Em meio a essa expansão no ensino, os jesuítas foram expulsos do Brasil, e de Portugal, por Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras, mais conhecido como Marques de Pombal, após assumir o Ministério do Estado de Portugal. Tal fato encerrou um período na história da educação brasileira, onde o que prevaleceu foi a educação para a elite, deixando para as próximas gerações resquícios de um sistema educacional europeu, voltado para fora da realidade brasileira, alienante e transplantado. Essa expulsão também, conforme cita Romanelli (1999, p. 36) “[...] fragmentou toda a estrutura educacional até então existente, e o que restou continuou com o mesmo apelo a autoridade e a disciplina estreita, concretizados nas varas de marmelo e nas palmatórias de sucupira.”

Portanto, são desses resquícios que alimentam a educação pública, privada e filantrópica brasileira, pois devido ao transplante cultural e identitário das práticas educativas, herdou-se mais que conceitos, a sociedade brasileira teve como herança em 1920, um índice de 75% da população em idade escolar analfabeta. E esses problemas herdados desde primórdios da história da educação brasileira, fez emergir a necessidade de averiguar os problemas que agravam essa crise, além de obter informações mais amplas sobre a educação no país. Surge então, em 1990, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), com o intuito de fornecer aos gestores dos sistemas de ensino informações que possibilitassem monitorar o processo educacional público.

O SAEB avalia o que os alunos são informados e capazes de fazer em diversos momentos de seu percurso escolar, considerando as condições existentes em cada escola brasileira (BRASIL, 2007, p. 5). Dessa forma, são aplicadas provas a alunas/os do 5º e 9º ano dos anos iniciais e finais e de 3º ano do Ensino Médio, e questionários que tentam investigar os fatores associados ao desenvolvimento escolar em um período bianual. A saber, essa avaliação conta com uma matriz curricular dividida em quatro eixos estruturantes. Sendo assim, essa avaliação, de certa forma é um dispositivo que possui a capacidade de orientar, determinar, capturar e modelar a conduta dos professores.

Sendo o livro didático, manual que segundo D’ávila (2013) eram importados de Portugal para o Brasil, no início do século XIX e primórdios do século XX, o principal meio de transplantar a identidade das classes dominantes, pois, segundo Oliveira e colaboradores (1984, p. 25-26) [...] o

livro didático surge como um veículo adicional a Bíblia, até então o único livro aceito (pelas comunidades) para ser usado nas escolas[...]. Na obra de Deleuze e Guattari (1995), os autores por meio da potência de multiplicação, afirma que, o livro é um devir de conceitos, portanto, não se deve apresentá-lo como verdade absoluta, uma vez que, o seu conteúdo pode ser contestado, pois ele não é a imagem do mundo, hoje, em pleno século XXI, os manuais escolares, servem como importante forma de movimentar a economia, e o mercado editorial, que não se preocupa em saber o público que irá atingir.

Dessa maneira, o livro didático tornou-se um importante difusor de ideologias dominantes, que apresenta sempre uma pedagogia modelo. Mas será que nessa pedagogia modelo se insere aquilo que o governo tenta implantar nas escolas? Provavelmente não, pois a leitura se constitui como uma maneira do sujeito se sentir parte do mundo, de decifrar os signos, de entender aqueles amontoados de palavras, que formam frases e faz brotar um texto. Para Jouver (2002, p. 17), a leitura é antes de mais nada um ato concreto, observável, que recorre a faculdades definidas do ser humano, e as escolas em sua maioria negam que o sujeito seja coadjuvante da sua própria leitura, pois o conhecimento se forma, a partir de encontros, encontros entre o homem e o saber.

O MÉTODO

Na obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), intitulada de Rizoma, eles nos apresenta uma nova estratégia metodológica, que tem como característica principal por não ter começo nem fim, pois ele não começa e não conclui, mas se encontra sempre no meio, entre as coisas. Portanto, pode-se definir o rizoma como um modelo de realizações dos acontecimentos, onde os acontecimentos se apresentam como potencialidades sendo desenvolvidas por meio das multiplicidades.

Sendo assim, Gilles Deleuze e Félix Guattari, afirmam que o livro deve ser uma máquina de guerra, de amor e revolução, ele deve, no entanto incomodar., ou seja, os livros rizomas nunca é um livro raiz, eles nunca se fecham, se conectam, anulam o início e o fim, portanto, a lei do livro é a reflexão. Assim, ele não pode ser caracterizado como decalque de conceitos, nem de reprodução, é suscetível a mudanças, podendo ser desmontado, modificado, ajustável, uma vez que, tem infinitas entradas e saídas.

Este método é importante, pois ele é uma multiplicidade, e não dicotômico. Esse conceito que nos é apresentado nos faz compreender que nada é estruturado, uma vez que, esse método faz uma dura crítica ao estruturalismo, outro método que diferentemente do método rizomático, vê os sistemas estruturados, encadeados, onde o sujeito não apresenta essência, pois tudo são signos. Assim, esse método se torna insuficiente para que se analise a demanda que os estudos da leitura requerem. Com o avanço da linguística, e a expansão da pragmática, pois, a linguagem é mais do que

descrever, possibilita criar uma situação de fatos, dessa forma, segundo o método experimental, explicitado por Agamben (2005), o homem é o sujeito da linguagem, sendo que é o por meio dela que ele se constrói.

Desse modo, é de suma importância que se faça essa revisão teórica devido a Crítica Cultural, não vislumbrar ser uma ciência burguesa, ao contrário, o objetivo dessa ciência é de se atrelar a uma tradição de “crítica” (Crítica Social, Teoria Crítica) que se diferencia do trabalho puramente teórico e especulativo que tem marcado a ciência tradicional. Por certo, os teóricos aqui apresentados permitem entender que os conhecimentos não são prisão.

Assim, o método de trabalho a qual será utilizado por mim, é um método rizomático, pois, ele permitirá que se pense o livro didático como um mapa, ou seja, busco situar os elementos e históricos e sociais que compõem o livro didático, pois o rizoma possibilita um ato de experimentação ao tempo que não apresenta estruturas, podendo ser desmontados a qualquer momento.

Abaixo, segue um modelo do mapa a qual se pretende analisar:

- Identificar quem sou quais marcas sociais habita no meu subconsciente?
- Criar um roteiro de estudos em busca de argumentos, referência, metodologias.
- Levantamento da bibliografia para fazer o estudo documental
- Articular o laboratório de fábrica de letras, precisamente da editoração de textos nas pesquisas.
- Buscar saber, qual o público que faz a avaliação da Prova Brasil?
- Traçar uma linha metodológica, e não se deixar ser conduzida pelas intempéries.
- Deixar o caminho livre para novas descobertas e múltiplos olhares.

CONCLUSÃO

Queria reiterar aqui, a importância de olhar para trás, para o início de tudo, e perceber que o tempo passou, mas que, a sociedade brasileira continua com 75% da sua população analfabeta, mas dessa vez, é um analfabetismo diferente, sabem ler, mas não decodificam o que estão lendo. No entanto, ao longo desses anos, alguma ação vem sendo tomadas com o intuito de sanar esse problema, a prova Brasil é uma das alternativas para esse grande dilema a qual a sociedade brasileira está submersa. Sendo assim, além de fazer uma avaliação, é importante que forme leitores, e esse é um dos papéis da escola.

Porém, o ideal e o aceitável tem se perdido, os manuais escolares que são resultados do modo de educar católico, pois, se ensinava a ler escrever usando a bíblia, são carregados de ideologias e marcas sociais. Os livros didáticos de hoje, tem sido o grande apoio dos professores, eles servem como fonte de pesquisas, aplicação de atividades, e até mesmo, é a única fonte consultada pelos alunos. Logo, ele tem um poder fundamental na sala de aula. A pergunta que eu faço é: eles têm capacidade metodológica de ser o protagonista na sala de aula? A resposta, quem dar é os resultados das avaliações realizadas pelo MEC.

Portanto, é importante analisar os manuais didáticos, pois eles são a fonte a qual bebem os alunos, e os textos que contem nele, é em muitos casos, o único contato que o estudante tem com o texto literário, todavia, o que se busca aqui com as questões de pesquisa apresentadas é saber se realmente o LDLP, apresenta condições de fazer com que o estudante localize informações, saiba inferir o sentido de um texto, para que, diminua o índice de analfabetismo funcional no Brasil.

A escola precisa formar sujeitos críticos, que não se conformem com o que a sociedade acha dos negros e desfavorecidos, afinal, esse é 98% do público da escola pública brasileira. Como bem afirma Souza (2017), a elite que pensemos que não somos capazes nem merecedores de termos uma vida melhor.

Esse semestre do Mestrado em Critica Cultural, precisamente na disciplina Metodologia da pesquisa, me fez trazer para meu projeto, um olhar mais crítico acerca das mazelas educacionais da sociedade brasileira, precisamos ser mais observadores, mais donos dos nossos sonhos. Não podemos viver em estruturas pré-estabelecidas, somos as vozes que ecoam liberdade, afinal somos sujeitos contemporâneos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BRASIL, MEC. *Prova Brasil (Avaliação do Rendimento Escolar): Ensino fundamental/ matrizes de referência, tópicos e descritores*. Brasília: MEC, INEP, 2007.

CRUZ, Maria de Fátima Berenice da. *Leitura literária na escola: desafios e perspectivas do leitor*. Salvador: EDUNEB, 2012.

D'Ávila, Cristina Maria. *Decifra-me ou te devorarei: o que pode o professor frente ao livro didático?* 2.ed. Salvador: EDUFBA, 2013.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI. Introdução: *Rizoma*. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Ana Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, p. 7 – 37.

GHIRALDELLI JR, Paulo. *História da educação brasileira*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008

VICENT, Jouve. *A leitura*. São Paulo: Unesp, 2001.

MATTOS, L. A. *Primórdios da educação no Brasil: o período heróico (1549-1570)*. Rio de Janeiro: Aurora, 1958.

MIGNOLO, W. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Del Signo, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 22. Ed. Petrópolis: Vozes, 199.

SOUZA, Jessé. *A elite do atraso: da escravidão a lava jato*. Rio de Janeiro: Leya, 2017.